

O PAPEL DAS MIGRAÇÕES E DAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS NA DESCONCENTRAÇÃO URBANA BRASILEIRA E PORTUGUESA: A CIDADE DE UBERLÂNDIA (BR) E O ENTORNO DA CIDADE DO PORTO (PT)

Karla Rosário Brumes

Doutoranda em Geografia pela FCT-UNESP - Presidente Prudente

kbrumes@hotmail.com

RESUMO

A compreensão do papel das cidades intermediárias portuguesas e brasileiras deve ser vista sob a perspectiva da importância que esta nova forma de ordenação urbana possui dentro da realidade de Portugal e do Brasil. Uma pretensa relação entre as mesmas só se é possível, no sentido de buscar entender a dinâmica deste tipo de cidade e como as mesmas se configuram em ambientes marcados por metrópoles. A busca pode se dar dentro de várias perspectivas, todavia, este trabalho busca por meio da análise dos movimentos migratórios urbanos compreender o papel das cidades intermediárias no meio urbano dos dias atuais.

Palavras-chave: cidades intermediárias; migração; ordenação urbana.

THE ROLE OF THE MIGRATIONS AND THE INTERMEDIATE CITIES IN THE BRAZILIAN AND PORTUGUESE URBAN DESCONCENTRAÇÃO: UBERLÂNDIA CITY (BR) AND THE CITY OF PORTO (PT)

ABSTRACT

The role comprehension of Brazilian and Portuguese intermediate cities has to be seen from the perspective of the importance that this new form of urban ordinance represents into the reality of Portugal and Brazil. A pretence relation between the cities is only possible, if trying to understand the dynamic of this kind of city and how these cities configure into the environment marked by metropolis. It is important to say that there are different ways of trying to understand the dynamic of these cities. However, this paper intends to comprehend the role of intermediate cities in the urban context on the present days through the analyses of migratory urban movements.

Key-words: intermediate cities; migration, urban ordinance.

INTRODUÇÃO

A concentração de determinadas atividades no interior da sociedade passa, em primeiro lugar por uma questão da análise espacial. No caso da migração esta tem sido integrada aos discursos teóricos como uma componente demográfica chave para a análise e descrição da dinâmica econômica espacial das sociedades onde se inserem. "O deslocamento espacial seria de certa forma a expansão do capital e do trabalho excedente", segundo (MENEZES, 2001, p.3).

O capital também tem sua participação no processo de formação do espaço, uma vez que ao se reproduzir e valorizar-se vai rompendo barreiras tanto espaciais como regionais, com o intuito claro de aumentar suas relações e impor sua lógica. Desta forma, esse capital acaba por também por homogeneizar, acima de tudo, os espaços, ou seja, vai promover a produção em grande escala. Podemos falar, neste caso, de novos espaços, dentro dos quais a produção capitalista possa prosseguir no crescimento, tanto do comércio quanto dos investimentos diretos, além de novas possibilidades de exploração da força de trabalho.

Recebido em 22/10/2006

Aprovado para publicação em 27/01/2007

Tanto a distribuição dos recursos naturais como os populacionais no espaço geográfico são indispensáveis no estudo da formação de estruturas espaciais concentradas. A própria história do espaço coincide com o processo que converte os atributos naturais do espaço em atributos da sociedade, segundo (DAMIANI, 1999).

Existe, de certa forma uma complexidade das atividades sociais e o sentido econômico predominante inclui internamente, o espaço cada vez mais objeto, produto e mercadoria, o que define o sentido do espaço no plano da prática social. (MATOS, 1995), afirma que é inegável que a dotação de recursos naturais constitui um dos fatores de maior relevância na gênese do crescimento econômico, vis-à-vis o processo de concentração espacial.

A questão da localização espacial dos recursos naturais e populacionais no Brasil influenciou a formação de várias economias regionais, uma vez que foi através da exploração de muitas riquezas naturais que o país pôde se inserir em vários segmentos da economia mundial.² Além dos recursos naturais, a população é um outro fator que induz à concentração da produção, mas assim como os recursos naturais, não de forma determinante. Segundo (MARTINE, 1992, p.5), “a distribuição populacional costuma acompanhar, grosso modo, a distribuição espacial das atividades econômicas; esta determina a localização das melhores oportunidades de trabalho e, portanto das melhores condições de renda”.

Quando se discute a questão da concentração-desconcentração, é fundamental compreender que as cidades são áreas fundamentais, dentro desta temática, já que constituem em capital fixo e funcionam como grandes unidades de produção.

A cidade de Uberlândia-MG³, neste contexto, merece destaque, uma vez que ao possuir uma posição geográfica privilegiada – possui eixos rodoviários que a ligam a várias capitais do país, por exemplo -, recebeu uma série de investimentos dos diversos setores econômicos do país, além de um número considerável de população, ganhando assim destaque enquanto cidade média.

As cidades, segundo (MATOS, 1995), contribuem para o crescimento econômico ao gerarem grandes mercados, ao permitirem uma maior especialização na produção e distribuição das mercadorias e ao facultarem o surgimento dos fatores espaciais, sobretudo na forma das economias de aglomeração.⁴

As mudanças estruturais brasileiras, juntamente com seu atual momento de transição, vêm esboçando as características dos movimentos migratórios do Brasil, segundo (MARTINE, 1964, p.56),

“... o atual cenário econômico, fortemente dominado pelas forças da liberalização, pode imprimir uma nova dinâmica à relação entre concentração de atividades econômicas, população e eficácia relativa dos esforços produtivos... Este fato torna a reflexão em torno de perspectivas migratórias futuras um exercício bastante especulativo. Dado que a redistribuição espacial é filha da reordenação das atividades econômicas sobre o espaço, precisamos tentar entender como esse novo modelo globalizado afetará a redistribuição espacial da economia e da população”.

Desta maneira, o autor vem salientar a forte influência da redistribuição da população brasileira permitiu que várias áreas competitivas surgissem no país. É desta maneira que a interiorização,

² (SANTOS, 1995, p.68), é enfático ao afirmar que é importante ter em mente que o meio natural não deve ser visto como o fator mais decisivo na organização espacial, porquanto “lugares dispo de condições naturais semelhantes não foram explorados ao mesmo tempo, nem serviram de base ao mesmo tipo de produção”.

³ As características econômicas, localização geográfica bem como outras informações a respeito de Uberlândia serão mais bem analisadas nos capítulos que se seguem.

⁴ As economias de aglomeração são conhecidas na literatura como vantagens aglomerativas, que ajudam a entender as relações de causalidade recíproca entre as atividades econômicas e o ambiente urbano, ou seja, neste sentido os fatores econômicos são atraídos para as cidades e, simultaneamente, as cidades condicionam o crescimento econômico. (MATOS, 1995).

devido à alta mobilidade populacional que vem acompanhando a estruturação urbana do país, vem contribuindo significativamente para que a constituição da rede urbana seja formada, conforme (MARTINE, 1994, p.56), por cerca de 560 cidades, que se espalham pelo vasto território do país.

Migrações internas

Evidentemente é muito difícil enumerar todas as séries de estímulos susceptíveis que originam as migrações, porém, alguns são mais visíveis como os econômicos, os políticos⁵ e os religiosos entre outros. Estudá-los por assim dizer, é importante porque são fatores que definem a inserção de milhares de pessoas em determinadas localidades, que chegam muitas vezes a alterar a dinâmica tanto da área receptora como a da área de origem.

Os desafios encontrados, tanto por estudiosos como por setores oficiais através das políticas públicas na definição não só do conceito, mas também dos processos que a questão migratória envolve, têm gerado alguns impasses quanto à teoria das migrações. As divergências encontradas entre aqueles que buscam definir a migração são justificadas, uma vez que os processos sociais que possuem relação com este conceito aparecem também de forma heterogênea.

A variabilidade de movimentos migratórios observados nos dias atuais não constitui em uma novidade sem precedentes, uma vez que ao longo dos anos várias têm sido as tentativas de traçar certas regularidades que fundamentariam formulações teóricas a respeito dos movimentos migratórios. Só para se ter um exemplo, no Brasil em virtude da forte influência de Ravenstein⁶, em meados da década de 1980, os estudos sobre migrações tinham como características preponderantes às análises das dualidades origem-causa e destino-efeito, desprezando assim as etapas migratórias, uma vez que este tipo de análise destaca os movimentos de caráter definitivo.

A partir de análises realizadas, variadas definições surgiram, no sentido de aprofundar os estudos a respeito das migrações, visto que apenas o estudo do número de pessoas envolvidas em cada deslocamento, ou o estudo dos movimentos que acontecem de A a B e vice-versa, não conseguem defini-las e nem colocá-las em magnitude, como o exemplo exposto anteriormente sobre as dualidades.

Pode-se constatar que os discursos e teorias a respeito das migrações têm em comum o fato de afirmarem que estes fluxos têm origem nos desequilíbrios espaciais de natureza econômica; contudo, é fora desta natureza justamente que as contradições existem, ou seja, elas parecem no acúmulo das necessidades, nos desejos, nos sofrimentos e nas esperanças pessoais. Os enfoques são diferentes nas origens desses desequilíbrios, no tipo de abordagem, pressupostos ideológicos, interpretação dos fatores, bem como nas conseqüências que eles produzem. (SORRE, 1967:32) afirma que “o impulso migratório raramente é um fato simples; resume-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças”.

Os estudos de (RAVENSTEIN, 1885) já explicitavam o que para ele se constituíam em “leis de migração”, dando início a uma longa trajetória de análises acerca dos movimentos populacionais, em que se marcava a associação entre as atividades econômicas e deslocamentos espaciais de grupos sociais específicos, e a regularidade de tais movimentos (buscada nas estatísticas oficiais da Inglaterra daquele momento e ampliada, posteriormente, com evidências de outros países europeus).

Todos os campos de enfrentamento de posições políticas e metodológicas a respeito da migração

⁵ (GAUDEMAR, 1979, p.9) afirma que “os maiores movimentos de populações registrados recentemente ou ainda os mais importantes fenômenos de transformação” profissional” brutal são, sem dúvida devido menos ao econômico que ao político e a seus desdobramentos militares: os conflitos entre estados, as guerras.”

⁶ E. G. Ravenstein é tido como um dos primeiros estudiosos que sistematizaram estudos clássicos a respeito de migração.

compõem a chamada política migratória⁷, que não se restringe, à intervenção sobre um fato empiricamente evidente, mas estende-se à própria construção do conceito de migração.

Nos estudos a respeito das migrações três grandes troncos teóricos⁸ aparecem, nos quais grande parte da produção teorizada a respeito das migrações se enquadra. Com relação à produção empírica, esta também pode se situar nesses troncos, já que por vezes faz uso de concepções a respeito das migrações⁹.

No tronco teórico, a concepção neoclássica¹⁰ do espaço e das migrações, a migração não tem uma expressão apenas demográfica, mas principalmente econômica, representando deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico, ou seja, há uma preocupação com a economia do espaço e a gestão capitalista da mão-de-obra. A visão neoclássica privilegia a livre decisão do indivíduo; nela há uma mobilidade perfeita do trabalho, que só se apresenta, segundo (SALIM, 1992), como determinação às variações em torno do comportamento do que se convencionou chamar de “capital humano¹¹”. A visão neoclássica é entendida por (FERREIRA, 1986) como visão “comportamentalista”, uma vez que enfatiza as atitudes possíveis de indivíduos que, ao migrar, atendem aos apelos do mercado capitalista¹².

No tronco chamado histórico-estrutural ao contrário da primeira, leva em consideração tanto os contextos históricos como os geográficos, ou seja, a migração não é vista aqui como ato de soberania por parte dos indivíduos, e sim como um fenômeno. (BALAM *apud* SALIM, 1992, p.125) relaciona o fenômeno social migração a outros fenômenos sociais que historicamente são determinados e que se relacionam a processos de mudança na estrutura da sociedade, da economia e da política, que contextualizam sua dinâmica.

Um terceiro tronco teórico o da mobilidade da força de trabalho, baseia seu estudo especialmente na teoria marxista do trabalho¹³. A análise aqui leva em consideração a relação capital/trabalho, produção e reprodução ampliada desta relação. Enquanto os dois primeiros troncos analisam as consequências ou os reflexos das correntes migratórias, nesta visão a migração passa a atuar como um grande agente de transformação. A dimensão espacial que era traduzida como conjunto de relações sociais, dá lugar a uma análise das formas concretas de mobilidade da força de trabalho. A liberdade individual para escolher migrar, tão difundida na visão neoclássica, neste enfoque não existe, pois o deslocamento como estratégia de sobrevivência seria o fator

⁷ A este respeito (VAINER, 1996 p.13) afirma que a política migratória pode ser definida como a questão que informa e justifica um terreno de atuação do Estado, ou seja, é a política que, de forma explícita e direta, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores.

⁸ Expressão utilizada por (SALIM, 1992, p.122), que caracteriza os substratos comuns de múltiplas subdivisões e significações, o que permite falar em escolas, correntes e variantes de um mesmo tronco.

⁹ Uma melhor compreensão acerca dos estudos a respeito das migrações pode ser observada nas seguintes propostas, com seus respectivos autores: modelos neoclássicos contemporâneos e mobilidade da força de trabalho, (GAUDEMAR, 1976); análises empiristas e escola histórico-estrutural, (GONZÁLES, 1979); análise sociológicas derivadas do enfoque histórico-estruturalista e da modernização, (OLIVEIRA & STERN, 1980); as perspectivas demográficas, econômicas, sociológicas – incluindo a teoria da modernização – e histórico-estrutural (RACZYNSKI, 1983); estudos quantitativos, micro e macro sociológicos, (ARAMBURU, 1983).

¹⁰ A evolução histórica do capitalismo permitiu que principalmente as teorias neoclássicas admittissem as relações entre mercado e trabalho e bens salários como fatores de deslocamentos migratórios em função da busca de emprego e renda. Seria dentro desta abordagem a industrialização um dos fatores explicativos para a migração para as cidades; a espacialização do desenvolvimento e o diferencial de renda das migrações inter-regionais. (MENEZES, 2001, p.3).

¹¹ Estas afirmações podem ser mais bem compreendidas com as leituras de (KUZNETS, 1968), (YAP, 1978), que falam da questão macroeconômica, bem como por (SJAASTAD, 1962), (SCHULTS, 1962), (SALIM, 1992), que falam da questão levando em conta a estrutura microeconômica. Estes autores pertenciam à chamada Escola de Chicago.

¹² (FERREIRA, 1986) trabalha com as correntes psicologizantes face à concepção comportamental-racionalista e as correntes estruturais, com os enfoques modernização e histórico-estrutural.

¹³ Seu principal expoente (GAUDEMAR, 1979) salienta que este enfoque pretende ser muito mais uma crítica às teorias da migração do que a tentativa de propor um novo enfoque.

impulsionador para a migração. Um outro ponto é que, enquanto na visão histórico estrutural os problemas estruturais seriam os causadores dos deslocamentos, neste tronco teórico o enfoque é dado ao processo de acumulação capitalista.

Os estudos realizados a respeito do conceito de migração muitas vezes são superficiais e tratados de forma comum. Estes três troncos teóricos, aqui apresentados de forma sucinta, mostram o quanto este fenômeno é complexo.

A análise do que vem a ser a migração e como ela se processou e ainda se processa no interior das sociedades deve conter uma série de interfaces que lhe possam dar suporte. As diferentes abordagens estão presentes nas análises atuais, mas elas possuem limitações que devem ser levadas em consideração, no momento da escolha para abordar uma dada realidade.

Migrações em cidades intermediárias do Brasil: Uberlândia (MG)

É notória a desconcentração populacional dos grandes centros em favor de áreas que apresentem características como: altos índices de segurança, saúde educação, ou seja, elevada qualidade de vida, a exemplo das cidades intermediárias. Esta migração aparece unicamente quando se rompe o equilíbrio entre população e subsistência que se mantinha pela necessidade de ficar onde estava o trabalho/emprego¹⁴.

O padrão migratório no contexto brasileiro tem sofrido profundas alterações. O fluxo migratório que tradicionalmente se dirigia para as grandes metrópoles como já foi apontado, têm buscado as cidades intermediárias (cf. Figura 1).

No que tange à inserção dos fluxos migratórios, estes também têm sido muito influenciados pela desconcentração das atividades econômicas no espaço brasileiro, ou seja, a dispersão espacial é registrada pela dinâmica da concentração das atividades econômicas.

Os fatores para que esta mudança significativa no padrão migratório brasileiro esteja ocorrendo são apoiados em duas hipóteses lógicas, segundo (MATOS, 1995, p.51). A primeira hipótese seria a de que as áreas centrais receptoras poderiam estar favorecendo o deslocamento de parte de seus residentes para suas periferias, em consequência dos aumentos crescentes dos aluguéis e custo de moradia (preço de terrenos, impostos crescentes etc.), da elevação do custo de vida urbano, inclusive pelo aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho, e da ampliação da violência, criminalidade e desemprego urbano.

A segunda hipótese está baseada no fato de que, ao se focalizar a área emissora, pode-se constatar ter havido diminuição da emigração, e mesmo retorno de antigos emigrados, como consequência da melhoria das condições de vida nesses lugares e da expansão dos meios de comunicação, que permitiram obter mais rapidamente informações acerca das condições adversas à fixação nas áreas tradicionalmente receptoras de migrante.

As relações que cidades intermediárias, estando distantes dos centros maiores, irão estabelecer com os espaços mais próximos e os mais distantes constituiriam um outro ponto de análise. Essas relações estão intimamente ligadas a informações, valores, circulação de pessoas, mercadorias e até idéias¹⁵.

¹⁴ Migrações de trabalho, certamente. Mas existem migrações, por mais reduzidas que sejam, e por quaisquer que sejam, as razões declaradas, que não sejam de trabalho? Isto é, que não tenham implicações no mercado de trabalho? SAYAD, Abdelmalek. O retorno. In: **Travessia Revista do migrante**, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo. 2000

¹⁵ (Sposito, 2001, p.628) afirma que os valores e idéias que constroem e se difundem são também essenciais para se compreender as relações, mesmo econômicas, que geram a constituição de uma área polarizada por uma cidade. A construção da idéia de pertencimento a uma região ou área de influência de uma cidade (média ou não) é, sem dúvida, um dos níveis de determinação do estabelecimento das relações que definem a sua existência.



Figura 1 - Brasil: evolução das cidades com faixa de tamanho populacional entre 100.001 - 500.000 habitantes, 1970 a 2000.
Fonte: FIBGE, Censo demográfico: 1970/2000.

As cidades intermediárias ganham destaque, pois na grande parte das vezes reúnem condições para receber esses investimentos, aumentando sua oferta de emprego, especialmente aqueles ligados aos setores que exigem uma maior qualificação de mão-de-obra. Como é o caso da cidade de Uberlândia no estado de Minas Gerais (MG).

Como destino dos fluxos migratórios do país, na década de 1980 foi observado que as cidades intermediárias se constituíram em importantes centros limitadores do crescimento das metrópoles, uma vez que cerca de 3,9 milhões de migrantes foram atraídos por estas cidades. Vale ressaltar, contudo, que segundo (ANDRADE, SANTOS e COSTA, 1999) este número de migrantes atraído pelas cidades médias ainda ficou abaixo daquele atraído pelas regiões metropolitanas, que girou, em toda a década de 1980, em torno de 4,6 milhões.

O recente estágio de interiorização da população brasileira está atrelado à criação das bases para a constituição do espaço físico e social e à formação de mercados regionais de trabalho. Sabe-se que tais mercados não se apresentam de forma estanque ou isolada, e que existem diversas formas de relação entre eles.

A cidade de Uberlândia-MG¹ uma cidade intermediária, assim definida não só pelo tamanho populacional apresentado, bem como pelas funções desenvolvidas está localizada na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba². Possui uma área de 4.040 Km², dos quais 189Km² representam a mancha urbana que teve uma evolução considerável nas últimas décadas.

Segundo (SOARES e BESSA, 1999), o contexto econômico de Uberlândia-MG destaca-se por sua modernização da agricultura e pela implantação de indústrias e agroindústrias modernas e competitivas; a expansão do setor terciário foi marcada pela ampliação do comércio atacadista e varejista, bem como pelos serviços de apoio. No campo uberlandense destacam-se as atividades agropecuárias e o extrativismo vegetal, que foram responsáveis por 0,27% da arrecadação de ICMS em 1997, segundo o Censo do IBGE de 1991.

A cidade de Uberlândia-MG pode ser entendida como uma localidade que teve seu incremento populacional afetado pela inserção de fluxos migratórios em seu interior, uma vez que exerce forte polaridade sobre uma área, que não fica confinada apenas aos limites estaduais. O *mapa 02* demonstra a região de influência da cidade de Uberlândia-MG, que como já foi dito extrapola os limites até mesmo estaduais, alcançando, em muitos setores, áreas do Estado de São Paulo e Goiás. Esta influência pode ser observada nos setores de telefonia, educação, saúde entre outros.

“Assim sendo, ela se apresenta, na atualidade, como um centro altamente centralizador de uma área de aproximadamente trinta municípios, que recorrem à cidade para complementar as atividades de comércio, saúde, educação e serviços especializados que não possuem”.(SOARES, 1995, p. 260).

É sabido que grande parte da população da cidade de Uberlândia-MG é constituída de pessoas oriundas de vários lugares do Brasil com destaque especial para os oriundos dos estados de Goiás e São Paulo, e das regiões Nordeste Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Este processo deriva do resultado da urbanização e do crescimento econômico do interior do Brasil, que vêm se processando desde os anos 1970.

O número de migrantes em relação à sua população total acabou por também impulsioná-la ao que constituiu em um fator que reflete a força de atração exercida pelo município. Em Uberlândia-MG, essa atração foi mais evidente entre as décadas de 1970 e 1990, quando o crescimento migratório respondeu, respectivamente, por 71,5% e 53,5% junto ao crescimento total, (IBGE, 1991).

Uberlândia-MG é uma cidade pólo regional assim definida, conforme regionalização da Fundação

¹ Sobre a formação histórica de Uberlândia-MG, ver (SOARES, 1988; 1995).

² Considerando a divisão político-administrativa e regional de Minas Gerais, que divide o estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões geográficas.

João Pinheiro de 2000, juntamente com mais 11 cidades mineiras. Nas últimas três décadas, a cidade entrou no *ranking* dos 50 maiores municípios brasileiros e está entre as três maiores do Estado de Minas Gerais. Nota-se que a cidade vem sustentando o mesmo poder de atração de migrantes das duas últimas décadas.

A cidade de Uberlândia-MG apresenta em seu interior muito da nova dinâmica urbana brasileira, uma vez que recebe investimentos em vários setores, recebe migrantes, além de ser destaque na região onde está inserida. (SOARES, 1995, p.261) afirma que "Uberlândia (...) foi o buraco negro voraz, que atraiu e aglutinou parcelas expressivas da população regional".

O número de migrantes, em relação à população total da cidade de Uberlândia-MG constitui-se num fator que reflete a força de atração exercida pelo município. Segundo (SOARES e BESSA, 1999), em Uberlândia essa atração foi mais evidente entre as décadas de 1970 e 1991, quando o crescimento migratório respondeu respectivamente por 7,5% e 53,5%, junto ao crescimento total.

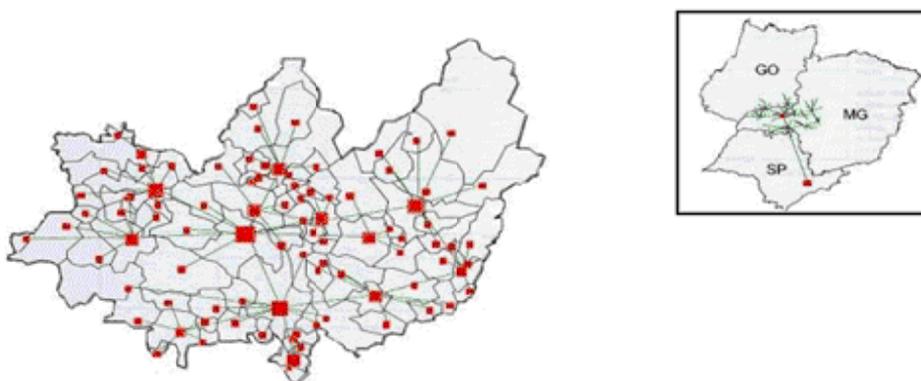


Figura 2 - Rede de lugares centrais e área de atuação de Uberlândia (MG), 2005
Fonte: regiões de influências das cidades, 1993. IBGE/DGC/ Depto. Geografia

Com uma população de 500.488 habitantes, em 2000, Uberlândia-MG tornou-se o terceiro município de Minas Gerais, atrás de Belo Horizonte, com uma população de 2.229.697 e Contagem, 536.408 habitantes. Até mesmo Juiz de Fora-MG, que sempre esteve à frente de Uberlândia-MG no quesito tamanho populacional, foi superada em quase 50.000 habitantes, segundo dados preliminares divulgados pelo IBGE, 2001.

É importante, porém salientar, que os fluxos migratórios nas cidades médias apresentam de forma diferente de acordo com as regiões onde se inserem e também apresentam características diferenciadas, de acordo com a proximidade ou não de uma metrópole, apresentando saldos migratórios distintos. Além disto, no contexto das cidades médias, estudar a inserção dos fluxos migratórios se apresenta de forma inevitável uma vez que tais fluxos acabam por ter conteúdos significativos na participação populacional de tais cidades.

Migração em cidades intermediárias de Portugal: o entorno de Porto

A rede urbana portuguesa se estrutura de uma forma bastante diferente daquela apresentada pela brasileira e os motivos são mais do que evidentes. Começamos por entender que seus processos urbanizadores se originam em espaços temporais bastante dispostos ao longo da história, e a consequência disto ainda é bastante marcado nas estruturas urbanas de Brasil e Portugal. Enquanto no primeiro, os processos aconteceram e ainda acontecem em um ritmo rápido e em curto espaço de tempo, no segundo tem-se pode se observar o resultado de alguns séculos.

Contudo, é importante salientar que algum tempo, algumas características urbanas se

desencadeiam de forma muito semelhante entre estes dois países. Pode-se falar aqui, por exemplo, de uma desconcentração urbana que vem ocorrendo em regiões brasileiras bem como portuguesas.

No Brasil a forte urbanização presenciada desde dos anos de 1950 se atrela, a fatores como industrialização, êxodo rural, e desconcentração das áreas mais densamente ocupadas em detrimento das chamadas cidades intermediárias, ocorrendo assim ciclos migratórios. Em Portugal nota-se que políticas nacionais e internacionais adotadas, a diferenciação interna entre áreas do norte e do sul.

A cidade de Porto apresenta um processo de metropolização de caráter difuso, ou seja, um processo de dispersão com um pólo central. De forma geral as últimas décadas portuguesas apresentaram marcas profundas cada uma com sua importância, deixando marcas no territorial que vão contribuir para o que o hoje é este país. Desta feita é possível observar que dois períodos merecem.

O primeiro de 1960-70, período de elevadas perdas populacionais e posteriormente período de forte crescimento populacional. O segundo nos anos de 1990 apresenta um processo de urbanização forte em áreas urbanas das cidades médias e de alguns centros urbanos, com aumento populacional.

Neste sentido pode-se observar nestes dois períodos o forte componente migracional, seja ele de saída, de retorno, ou de desconcentração populacional interna, ou seja, áreas metropolitanas que perdem e áreas contínuas as áreas metropolitanas que ganham. Os resultados foram da confirmação de duas importantes e extensas áreas, uma em torno de Porto e a outra ao em torno de Lisboa, suburbanização bem como pequenas áreas que demonstram processos de crescimento populacional mais ativos.

Ao em torno do Porto hoje com 263.131 habitantes, é notório uma extensa área com ritmo de crescimento populacional elevado, uma urbanização mais difusa e estendida e com forte tendência a ser mais fragmentada. (SASKIA SASSEN, 2002) diz que o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e das atividades econômicas; faz com que algumas cidades tomem centros de comando em redes de dependência (global e local), o que traz o aumento da diferença e a “descolagem das cidades”, pode ser observado por Porto.

As cidades os eixos de intermediação a migração em Portugal têm um papel decisivo na fixação em espaços menos densos e na atenuação da suburbanização, além disto elas reproduzem os problemas das grandes cidades; são competitivas pelo preço do solo e pela disponibilidade de mão-de-obra; podem valorizar a sua qualidade ambiental; têm dificuldade em afirmar-se como “espaços inovadores” e podem ficar dependentes de poucas grandes empresas.

As cidades médias portuguesas aumentaram seu peso populacional de 1 milhão de habitantes para 1,9 milhões, ou seja, de 13,7% da população do país para 19,2%, segundo INE dos últimos 60 anos. Em relação a AMP (Área metropolitana do Porto), seu ritmo foi menor se comparado ao da AML (Área metropolitana de Lisboa), ou seja, a migração foi mais acentuada.

Os deslocamentos populacionais se deram de forma mais concentrada para as áreas com mais de 100.000 habitantes, onde os processos são mais intensos, urbanização nas periferias das áreas metropolitanas, que implicam o alastramento das áreas urbanas. MARQUES (2004) afirma que com relação à cidades do Porto

“manifesta-se um processo de metropolização de caráter difuso, onde os processos de desurbanização começaram a sentir-se mais tarde e a cidade só perde população residente nas últimas duas décadas, com ritmos relativos e intensidades absolutas mais moderadas, por outro lado, os centros urbanos envolventes e uma extensa rede de centros estende-se para norte (sobretudo) e para sul com dinâmicas populacionais claramente positivas”.

Considerações finais

As comparações aqui estabelecidas entre a cidade de Uberlândia e o entorno de Porto, devem ficar apenas no contexto de exemplificação do fenômeno da migração e a particularidade do mesmo em direção às cidades médias encontradas nas dinâmicas dos dois países. A começar pela definição do que vem a ser uma cidade média brasileira e uma portuguesa, deve ficar claro que é considerável analisar-se não somente o tamanho populacional das localidades, mas as funções que cada uma delas apresenta.

Se fosse levado apenas o tamanho populacional, tanto a cidade de Uberlândia como a cidade do Porto, seriam cidades médias, entretanto, ao papel a função desempenhada por esta última ultrapassam os limites da sua área de localização o que lhe confere o título de metrópole, ou seja, se considerarmos a outra cidade ela não passa de uma bem promissora localidade com funções locais e regiões em alguns setores. Porto tem um papel extremamente relevante em Portugal e quem sabe na Europa.

A intenção aqui é a de mostrar a importância que estas localidades uma média e outra com um entorno com cidades médias, desempenha cada uma a sua condição dentro dos contextos urbanos diferentes destes dois países, e não estabelecer comparações diretas entre as mesmas. Brasil e Portugal vão possuir, entretanto, similaridades no contexto de desconcentração populacional, ou seja, a relevância da ampliação dos papéis das áreas em questão.

A cidade do Porto é uma metrópole e no seu entorno tem-se a formação de núcleos intermediários que acabam por lhe conferir características mais iguais das cidades metropolitanas brasileiras. Um fato que aqui deve ser destacado então é o papel que as migrações desempenham nesta reestruturação urbana destes dois países e aqui sim se pode estabelecer um paralelo, que é o da busca destas áreas por pessoas por melhorias nas condições sociais, econômicas (notadamente).

Considerado o fato dos diferenciais de custo de vida entre cidades médias e regiões metropolitanas, há o fato que amplia a situação salarialmente vantajosa dos imigrantes de origem urbana que se destinaram às cidades médias. Tais resultados indicam possuírem as cidades médias papel estratégico para os rumos da desconcentração urbana. Embora a melhor colocação do imigrante nas cidades médias tende a se difundir como informação (pessoal ou midiática), sustentando movimentos migratórios futuros para estes centros, as políticas urbanas pró-desconcentração deveriam sustentar, direta ou indiretamente, este papel exercido pelas cidades médias.

Nesta etapa de investigação não se tem ainda elementos teóricos e empíricos suficientes para explicar seguramente, os fundamentos que tornam, comparativamente, as cidades médias mais receptivas ao imigrante de origem urbana, e as regiões metropolitanas mais receptivas àqueles imigrantes de origem rural. Um dado a ser investigado é a participação de imigrantes de origem metropolitana, ou de outros grandes centros, no total de imigrantes que se destinaram às cidades médias. Uma possibilidade, que requer investigação, é que parte significativa dos imigrantes urbanos que chegam às cidades médias seja formada por ex-moradores dos grandes centros urbanos nacionais, para os quais a experiência de terem vivido nestes centros contribui para valorizar sua posição nos mercados de trabalho das cidades médias.

O migrante no meio de todos estes paradigmas continua sem saber ao certo, qual é o seu papel frente a esta série de ingerências presentes no mundo atual, se lhe é dito que tem liberdade e pode ir onde quiser, quando seu instinto de sair flui, lhe são fechadas as portas. O indivíduo não pode desta forma exprimir sua liberdade.

Migrar realmente é problema para quem³? Quais são os silêncios teóricos e as evidências históricas para uma melhor reflexão? O migrante acha que sair é buscar a melhoria em suas condições de vida, mas também o que é melhora de vida? Se não vejamos, quando um trabalhador rural sai de sua pequena propriedade, (em muitos casos expropriado pelo capital), e

³ MARTINS, José de Souza. Migrações temporárias: problemas para quem? In: **Travessia Revista do migrante**, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo. 1988.

vai para um grande centro, não seria ilusão pensar que vivendo como operário sua vida melhora?

O fato é que um número cada vez mais considerável de indivíduos migra contra sua vontade, são impulsionados a isto, por exemplo, quando da construção de grandes obras, acabam por terem que se adaptar a força em locais nunca antes pensados por eles. A busca de mais recursos financeiros é conseqüência do sistema econômico no qual nos inserimos, visto que o capital e sua dita mobilidade não tem permitido que o em muitos casos o indivíduo permaneça em seu local de origem e ali consiga as condições necessárias para sua sobrevivência. Não encontrando mais as condições para se reproduzir enquanto ser social no local onde vive, ele migra.

Portanto, são muitos os questionamentos e redimensionamentos que precisam ser observados no estudo das migrações, para que melhores conclusões possam ser tiradas a partir deste fenômeno que toma forças a cada momento histórico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thompson A.; COSTA Laís S.; SANTOS, Ângela M. S. P. *Federalismo no Brasil: análise da descentralização financeira da perspectiva das cidades médias*. Rio de Janeiro: Nemesys (MCT/Finep-CNPQ/Pronex), 2001. 37 p.

ARAMBURU, Carlos. Estrutura agrária y migraciones rurales. In: *Memórias del Congreso Latinoamericano de Población y Desarrollo*. México. [s.n.], p. 539-68, 1983.

DAMIANI, Amélia L. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, Amélia L., CARLOS, Ana F. A., SEABRA, Odette C. de. (Org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 118-131.

FERREIRA, Assuéro. Migrações internas e subdesenvolvimento: uma discussão. *Revista de Economia Política*, São Paulo, p. 98-124, jan./abr., 1986.

GAUDEMAR, Jean Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial, 1979. 405 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. *Uberlândia*: Minas Gerais. 2ed. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970. 23p. (Coleção Monografias, 487).

GONZALES, Elbio N. *A migração de trabalhadores rurais no Brasil*. 1979. 325f. Tese, (Doutorado). FAFICH/USP, São Paulo.

MARQUES, Teresa Sá. Sistema urbano e ordenamento do território. In: *Portugal na transição do século retratos e dinâmicas territoriais*. 913 ed. Portugal: Edições Afrontamento, p. 44-69, 2004.

MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. In: *Textos para discussão do IPEA*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 329. 46 p, 1994.

MARTINE, George. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. *Revista brasileira de estudos de população*, Campinas: ABEP, v. 11, n. 1, p. 41-60, jan./jun., 1994.

MARTINE, George. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. In: *Anais do primeiro encontro nacional de estudos populacionais*, Campos dos Jordão, 1978.

MARTINS, José de Souza. Migrações temporárias: problemas para quem? *Travessia, revista do migrante*, São Paulo, n. 20. p. 5-8, mai./ago., 1988.

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio desafios pastorais*. Petrópolis: Vozes, p. 19-34, 1998.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista brasileira de estudos de população*, Campinas: ABEP, v. 12, n. 1-2,

p. 35-58, jan./dez., 1995.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. In: *Scripta Nova, revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: n. 69 (45), p. 1-17, ago., 2000.

RACZYNSKI, Dagmar. A mobilidade territorial da população na América Latina: perspectivas das análises lineares de investigação. In: *Memórias del congreso latinoamericano de población y desarrollo*. México. v. 2, p. 863-92, 1993.

RAVENSTEIN, E. G. As leis de migração. In: *Migrações internas no Brasil*. Fortaleza: BNB/UFC, 1980.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, 1992, São Paulo. *Anais do VII Encontro nacional de estudos populacionais*. Campinas: ABEP, v. 3, p.119-143, 1992.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. Cristina Muracho. São Paulo: EDUSP, 1998.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia da "Cidade Jardim ao Portal do Cerrado": imagens e representações no Triângulo Mineiro*. 1995. 366f. Tese, (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOARES, Beatriz Ribeiro; BESSA, Kelly. C. F. de O. Uberlândia e sua região: caracterizando uma cidade média. In: *Anais do congresso de ciências humanas: contrastes e perspectivas*, Viçosa, Cd rom, Videolar, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Unesp, p. 609-643, 2001.

VAINER, Carlos Bernardo. A violência como fator migratório, silêncios teóricos e evidências empíricas. *Travessia, revista do migrante*, São Paulo, n. 9. p. 5-9, mai./ago., 1996.